



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

7ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas

Resumo da Ata

17 de novembro de 2010
Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B
Ed. Marie Prendi Cruz

Aos dezessete dias do mês de novembro de 2010, na Sala S1 Subsolo, Ed. Marie Prendi Cruz situado na SEPN 505, Brasília-DF, realizou-se a sétima Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, sob a presidência da Sra. Ana Paula Leite Prates, Gerente de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros e Ponto Focal Nacional para a Convenção de Ramsar.

4ª feira, 17 de novembro de 2010

1. MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES NA REUNIÃO

- Ana Paula Leite Prates- SBF/MMA
- Antônia da Silva Samir Ribeiro – SIC MMA
- Antônio Soler – FBOMS
- Bértes Cabral – SRHU/MMA
- Fernando Tizianel – PARNA Araguaia (representante Sítios Ramsar)
- Jaqueline Goerck – Birdlife/Save Brasil
- Kleber Souza dos Santos – MAPA
- Leandro Vatlentim – SMCQ MMA
- Luiz Preto - ANA
- Maria Iolita Bampi – ICMBio
- Rafaela Nicola – Rede Pantanal
- Roberta Ferreira – MRE
- Shirley Leão – ABEMA
- Yara Schaeffer Novelli – Rede Manguemar Brasil

2. OBSERVADORES

- Ana Carolina Lopes – SAIC MMA
- Heloísa de Camargo Tozato – PROCAM -USP
- Laís Morais – Gestora da APA das Reentrâncias Maranhenses (MA)
- Maria Manuela Moreira - Geógrafa
- Maria Raquel de Carvalho – Ponto Focal Técnico da Convenção de Ramsar

3. ABERTURA

Ana Paula Leite Prates (GBA) deu as boas-vindas em nome do Secretário de Biodiversidade e Florestas, Bráulio Dias e iniciou a reunião convocando Roberta Ferreira para relatar a reunião do Comitê Permanente da Convenção de Ramsar.

Roberta Maria Lima Ferreira (MRE) relatou a participação no Comitê Permanente que ocorreu em Kobuleti (Geórgia) entre os dias 26 de abril a 1º de maio de 2010. Destacou os principais pontos da participação do Brasil na condição de observador (não há direito a voto). A representação regional está a cargo do Paraguai e os países representados são: México, Panamá e Paraguai, os outros países observadores presentes foram, além do Brasil, Chile e Estados Unidos. O Brasil participou dos seguintes Grupos de Trabalho: GT de Financiamento, e GT de Gestão. Informou que a Convenção, atualmente, está sob a administração da IUCN. Comentou que financeiramente as Américas nesse estão em uma situação melhor do que as outras regiões, por conta das contribuições do que resta das contribuições voluntárias dos Estados Unidos, mas as outras regiões se ressentem muito da falta de projetos financiados por esses fundos e isso associado à situação dos inadimplentes forma um quadro crônico da Convenção, que não logrou avanços substantivos na reunião. Complementou que foi mantida

a orientação que é defendida pelo Brasil de que os inadimplentes não podem ser punidos, até porque essa punição não resolveria o problema e ela acarretaria no nosso ponto de vista, o descompromisso da parte com a Convenção. Informou que o Sistema de Financiamento do SGF não tem funcionado bem e somente 4 projetos dos mais de 20 foram contemplados com financiamento no ano de 2009. Comentou que outro tema relevante foi a renovação, que acabou acontecendo, do mandato do Secretário-Geral. Em relação à COP 11 (Romênia), informou que talvez haja antecipação de maio para abril de 2012. Comentou da importância das ONGs no funcionamento de Ramsar e também no seu Comitê, geralmente algumas têm status de observador permanente, inclusive, porque fizeram parte da Convenção e atuam em diversas parcerias. Comentou sobre a possibilidade de mudança do status jurídico do secretariado da IUCN para o PNUMA, quer dizer, pelo menos no âmbito da ONU o que, no nosso entendimento, seria realmente PNUMA. Informou que existe uma divisão que já vem das reuniões anteriores do Comitê Permanente e da COP sobre qual seria o melhor destino para Ramsar. Comentou sobre as vantagens e desvantagens da alteração entre elas: o possível encarecimento das contribuições e, por outro lado, a mudança de status para a ONU, sobre o guarda-chuva da ONU, poderia trazer maior prestígio para a Convenção. Roberta ainda comentou que em Kobuleti faltava informação para a tomada de decisão, porque os dados numéricos naquela ocasião não batiam, os relatórios do PNUMA e da IUCN não batiam sobre os custos de transição, sobre o que acarretaria de fato para a Convenção, se realmente esses ganhos de valor, de prestígio seriam efetivos, porque havia uma série de questionamentos nessa linha. Enfatizou a importância de divulgação de maiores informações para essa avaliação. Comentou sobre a existência de um relatório preparado pelo PNUMA com as informações adicionais solicitadas pelo Comitê Permanente e o relatório é bem completo, elucidativo, trata exatamente do que foi solicitado durante a reunião do Comitê por deliberação do Comitê Permanente, ou seja, ele trata de alternativas para redução de custos, de arranjos de transição, de cronograma de implementação, de otimização dos arranjos de pessoal e de benefícios adicionais para a Convenção.

Ana Paula informou sobre a participação do Brasil na 10ª Conferência das Partes da CDB, que é a Convenção de Biodiversidade, que aconteceu em Nagoya entre os dias 18 a 29 de outubro. Informou ainda que um dos assuntos de destaques foi uma das Resoluções que diz respeito a *inland waters*, que são águas continentais.

Roberta Ferreira comentou sobre a outra Resolução discutida na ocasião referente às áreas secas e sub-úmidas que apresenta consenso com o que vem sendo trabalhado em Ramsar, inclusive vindo de encontro ao que foi reivindicado no Comitê Permanente. Roberta ainda foi questionada por Maria Iolita Bampi (ICMBio) sobre quais seriam os procedimentos de condução do assunto relacionado à possibilidade de mudança do status jurídico do secretariado da IUCN para o PNUMA. Roberta explicou que a posição brasileira ainda não está construída, deverá ser construída levando em conta a avaliação técnica e política dessa mudança, com a combinação das posições do MMA e do MRE. Informou que o Brasil tem uma posição, de princípio, de favorecer o Sistema ONU, parece ser um processo irreversível a mudança para o PNUMA. Complementou que existe um contexto mais amplo a tendência a se criar um Sistema Ambiental que reúna todas essas Convenções em um único organismo. Opinou ainda que, por ser um processo irreversível, o melhor seria realizá-lo da melhor maneira possível.

Yara Schaeffer Novelli recomendou que essa discussão deve levar em conta que uma das grandes vantagens da Convenção de Ramsar, é que ela contempla as comunidades que vivem no local e vemos que isso é um diferencial em relação às demais convenções. E não podemos perder se migrarmos para um conjunto de Convenções que tem outra tradição.

Roberta Ferreira respondeu que, em sua opinião esse aspecto não deve ser uma preocupação, porque o que aconteceria seria na esfera da gestão administrativa, mas as características da Convenção seriam preservadas.

Ana Paula comentou que concorda com os aspectos positivos da migração da

Convenção para o sistema ONU, pois talvez estando junto das demais, a sinergia entre as Convenções possa ser mais facilitada e isso é muito importante, principalmente para o Brasil. Em relação à COP 10, foi realizada uma revisão profunda de alguns programas temáticos que foram tratados em um subgrupo, dentre eles águas interiores, a biodiversidade marinho-costeira, programas de áreas protegidas, programas de áreas secas e sub-úmidas, espécies invasoras, uso sustentável, programa de montanhas e outras. Outro ponto muito importante foi a Acesso e Repartição de benefícios, com destacado papel do Brasil. Comentou sobre os avanços da COP 8 para a COP 10, principalmente na questão de demonstrar áreas sensíveis, de fazer um grande inventário dessas águas internacionais e desse modo pressionar a ONU a que faça alguma coisa por essas áreas, porque como é um mar de ninguém, estão todos usando, degradando, poluindo e acabando várias espécies que não sabemos que existem. Completou que o Programa de Áreas Protegidas tem uma parte que menciona a sub-representatividade da questão das águas interiores no Sistema de Áreas Protegidas, e necessita de incentivo para que os países aumentem essas áreas protegidas em águas continentais. Informou que o Plano Estratégico, onde foram aprovadas as 20 metas, algumas delas bem polêmicas como, por exemplo, as de Áreas Protegidas que acabou ficando 17% de áreas terrestres e 10% de áreas marinhas. Essas metas são bem interessantes e podem ser usadas para a internalização como um decreto ou algum instrumento do próprio Governo Brasileiro, uma vez que foi aprovada por todas as partes.

Maria Iolita complementou que o Brasil gostaria de metas mais ousadas, mas muitos países queriam metas de 6% de áreas marinhas, por exemplo. O Brasil queria 25% de áreas terrestres e 15% de áreas marinhas e acabamos compondo e concordando com os 10% e 17% na busca do consenso. Comentou ainda sobre a revisão do Programa de Áreas Protegidas, que incorporou a avaliação da implementação da própria Convenção, complementou que o programa atualmente vigente já está traduzido na nossa legislação doméstica pelo PNAP, pelo Programa Nacional de Áreas Protegidas, que resultou em um decreto, e que os próximos passos estão relacionados à internalização desses compromissos. Iolita ainda observou que um novo aspecto que foi recepcionado nessa revisão do Programa de Áreas Protegidas, é a inclusão de indicadores relacionados a mudança climática quando se trabalhar a efetividade de gestão das Unidades de Conservação, e não somente trabalhar as questões de mudanças climáticas no âmbito da Convenção do Clima.

Iolita ainda completou que a questão em relação às populações tradicionais, comunidades indígenas está bem inserida no contexto da CDB.

Ana Paula solicitou que Yara comentasse novamente sobre o Glossário de Termos.

Yara Schaeffer Novelli comentou sobre a coleção feita pelo Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente sobre cada uma das convenções ou documentos de âmbito internacional, que o Brasil é signatário, e um especificamente da Convenção de Ramsar. Informou que esse material era a base de, que fez uma Mesa Redonda Itinerante idealizada por Fábio Feldmann (Secretário do meio Ambiente em 1997), onde cada membro da Mesa Redonda falava sobre uma Convenção, em lugares diferentes do estado de São Paulo.

Ana Paula sugeriu que Shirley Leão, representante da ABEMA, levasse ao conhecimento da instituição a existência desse material, para possivelmente reproduzir e distribuir esse material nos estados brasileiros.

Rafaela Nicola (ECOIA) achou extremamente interessante essa ideia das Mesas Itinerantes e acho que isso poderia ser algo a ser pensado e produzido em outros Estados também, inclusive, talvez até com apoio de redes e ONGs das regiões, por exemplo, eu acho que é algo que interessa muito a Rede Pantanal.

Ana Paula se colocou à disposição para ajudar nesse processo.

Yara Schaeffer Novelli explicou a experiência do Projeto ECOLAB e contextualizou a ideia de fazer um glossário de termos que na época facilitou a comunicação entre diversas línguas. O Glossário apresenta termos em português, inglês, francês e espanhol está tudo nos

quatro idiomas e também a correspondência com os nomes científicos no caso de fauna e flora.

Ana Paula comentou da probabilidade de uma tiragem pelo Ministério quando a gráfica for licitada.

Bérites Cabral (SRHU) sugeriu a inclusão da língua guarani no glossário, baseada na experiência dos trabalhos no âmbito do Aquífero Guarani, sugeriu ainda o contato com o setor de Educação Indígena do Ministério da Educação.

Rafaela Nicola (ECOIA) reforçou a sugestão de Bérites, argumentando a importância da tradução para o guarani para os diálogos na Região da Bacia do Prata com populações do Paraguai, que realmente tem mais dificuldade com o espanhol.

Ana Paula sugeriu o apoio ao material na forma como ele se encontra atualmente. Sugeriu um prazo para receber sugestões e após esse tempo, esperar a licitação da gráfica do MMA.

Jaqueline Goerck (Birdlife SAVE Brasil) elogiou o trabalho do Glossário, mas ponderou que talvez ele necessite de revisão, porque estou vendo aqui algumas coisas das aves que não estão corretas.

Ana Paula e Jaqueline e Maria Iolita concordaram em montar um grupo para organizar a revisão do glossário de acordo com as especialidades.

Ana Paula sugeriu que Jaqueline ficasse responsável pela parte de aves, mas Jaqueline não concordou, sugerindo que tenham que pensar mais sobre a revisão, pois há vários nomes científicos confusos, além de não ter como fazer a revisão e correspondência dos termos nas outras línguas.

Ana Paula e Rafaela Nicola defenderam que o material seria adequado e que estava havendo uma confusão quanto ao propósito do documento, que seria um facilitador de diálogo entre partes diferentes.

Jaqueline discordou dessa posição e sugeriu que o documento seja usado por todos, não só por quem vai a reuniões específicas, em algum caso específico. Se a *Birdlife* se envolver numa questão dessas, iríamos a fundo com a questão técnica, porque para nós não faz muito sentido aparecer o nosso nome em uma revisão assim, porque não faz parte da nossa filosofia de trabalho.

Yara sugeriu retirar a publicação do Glossário da discussão, mas Ana Paula insistiu para que os membros reconsiderem na revisão e respondam posteriormente.

Ana Paula comentou sobre os preparativos da comemoração dos 40 anos da Convenção de Ramsar. O ano de 2011 é o ano internacional de Florestas, então a Convenção escolheu o tema importância das florestas para as águas e para as Zonas Úmidas.

Informou ainda sobre a portaria que institui a Comissão sobre Recifes de Coral e conta com a colaboração dos membros para a indicação dos membros dessa comissão.

Jaqueline informou o recebimento de um comunicado de uma convocatória chamando colégios para se inscreverem em uma competição com projetos em Zonas Úmidas.

Raquel Carvalho complementou os informes sobre o dia mundial das Zonas Úmidas (2 de fevereiro) comprometendo-se a divulgar as ações que os Sítios Ramsar forem realizar para a campanha de 2011.

Fernando Tizianel (Sítios Ramsar) relatou que diante da consulta que fez aos gestores dos sítios teria algumas informações como: no Maranhão, a partir do mês de outubro a SEMA substituiu as chefias nas três UCs estaduais, sendo que Sérgio Serra está responsável pela APA da Baixada, Laís Rego pela APA das Reentrâncias e Shirley Leão pelo PE Parcel Manuel Luiz. Além disso, está havendo esforços para a regularização fundiária de municípios da APA da Baixada e da APA das Reentrâncias Maranhenses. Informou ainda que no Parque Nacional do Araguaia, apesar dos imprevistos com incêndios este ano, que foram muito acima do esperado, por ser um ano mais seco, está em andamento um acordo de pesca na área sobreposta com as terras indígenas e espera-se que na próxima reunião possa haver relatos de avanço nesse assunto.

Ana Paula complementou citando a cooperação com a Universidade de Cambridge, através da Tharsila Carranza que, juntamente com a Raquel Carvalho, organizaram a oficina de capacitação para o uso de um instrumento de avaliação das atividades desenvolvidas nos sítios. Citou ainda os esforços da Raquel para promover a integração entre gestores dos sítios com oficinas e reuniões e ainda com o intercâmbio entre eles que ocorrerá ainda em dezembro de 2010.

Shirley Leão (SEMA MA) ainda informou que a SEMA firmou a adesão do Maranhão ao Projeto Orla. O Maranhão era o único Estado brasileiro costeiro que ainda não tinha aderido à orla e a partir do mês de outubro, o Estado do Maranhão também começou a fazer parte desse programa. Informou ainda que os responsáveis pelos sítios do Maranhão enviaram projetos para fundos como o WWF e ao NMBCA ([Neotropical Migratory Bird Conservation Act](#)) e estão aguardando os resultados.

4. APRESENTAÇÃO - Relato sobre curso “Manejo Integrado de Recursos Hídricos e Ambiente Costeiro”

Raquel Carvalho relatou as trocas de informações proporcionadas pelo curso organizado pelo PNUMA em relação às dificuldades de integração das ações relacionadas aos ambientes aquáticos terrestres e ambientes costeiros, levando-se ainda em conta a política e visão diante do uso de recursos hídricos em cada país.

5. APRESENTAÇÃO - Relato do Evento: “Bacia do Prata: da sustentabilidade ao desenvolvimento

Rafaela Nicola explicou que esse encontro foi feito por organizações não governamentais com atores de governo e setores privados, além de universidades e ocorreu de 13 a 16 de setembro de 2010, desenvolveu-se a partir de um programa do Comitê Holandês da IUCN, que é um programa de pequenos fundos para conservação, que ocorreu de 2007 e termina agora em 2010 e tem como proposta fomentar sinergias e cooperações para proteção de ecossistemas e elencou como uma região focal, a Bacia do Prata.

Maria Iolita questionou o uso do termo “transfonteiriço” e sugeriu termos como cooperações bilaterais ou multilaterais.

Rafaela relatou que o termo foi sugerido pela Secretaria do Meio Ambiente do Paraguai, única autoridade presente ali no momento no país.

Kleber Santos consultou sobre a presença da EMBRAPA e Rafaela confirmou que a EMBRAPA Pantanal participou do evento.

6. APRESENTAÇÃO - Gestão de Recursos Hídricos e as Zonas Úmidas

Manuela Moreira contextualizou a integração de Gestão de Recursos Hídricos com áreas Úmidas. E a preocupação com sítios Ramsar especificamente, e o segundo ponto específico seria barramentos hidrelétricos. Comentou sobre as dificuldades de integração e sinergia entre a legislação e políticas sobre recursos hídricos, os processos de outorga e o licenciamento.

Luis Preto (ANA) questionou sobre quais órgãos deverão se responsabilizar e se pronunciar quanto aos critérios, quanto às condições que a água chega em determinado ponto.

Manuela mencionou que, quanto ao licenciamento, o IBAMA ou órgão estadual estabelece uma regra relacionada à água, mas o que ainda falta é um consenso de quais pontos são relevantes para a conservação.

Luis Preto complementou que a ANA trata de vazão remanescente e não poderia atribuir a vazão ecológica porque isso é atribuição do órgão ambiental. Mas a ANA deixa uma vazão remanescente que ela entende que seja o suficiente para a vazão ecológica e para os usos insignificantes. Essa vazão remanescente é calculada para que atenda a vazão ecológica e outros usos. Como nós não temos a vazão ecológica e concordou com a importância dos esforços ali colocados para que essa lacuna seja preenchida.

Manuela comentou que essas informações ainda faltam para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e completou que as instituições estão trabalhando praticamente em paralelo e que a adoção dessas áreas como prioritárias para conservação tem implicações indiretas no processo de outorga e diretamente no planejamento.

Luis Preto sugeriu mais integração do meio ambiente com a política de recursos hídricos, pois a política de meio ambiente menciona integração já com uso e ocupação do solo, vindo daí a necessidade de uma articulação com o Ministério da Agricultura, por exemplo. Completou que essa parte é fundamental para conservação e a ANA tem pessoal envolvido nessas questões, mas o alcance das ações ainda não é o ideal.

Fernando Tizianel relatou um problema em relação a uma série de outorgas no entorno do PARNA Araguaia, no Rio Javaés, que é o braço menor do Rio Araguaia e até hoje não se tem claro se as secas, por exemplo, a seca que teve esse ano do rio é causada por um fator climático ou se já é decorrência também do aumento de outorga na região. Comentou sobre a necessidade de ter estudos para se definir se realmente as outorgas estão interferindo a esse ponto no rio, a ponto deles secarem completamente, interromperem o fluxo, pelo clima ou se está sendo em decorrência da outorga para ver quais são as medidas que vão ser tomadas, principalmente na Ilha do Bananal que tem a função ecossistêmica, ou seja, até que ponto está interferindo em todo o ciclo hidrológico local. E insistiu no envolvimento dos estados, voltado geralmente ao desenvolvimento ao desenvolvimento de agricultura local, sem a preocupação com conservação de uma área federal.

Ana Paula comentou que essa questão sobre as outorgas na área de entorno do PARNA Araguaia deve ser levada para discussão na Comissão sobre Critérios, marcada para a próxima sexta-feira.

Lais Rego (SEMA MA) informou também que dos sítios Ramsar do Maranhão, dois são APA's e APA's gigantescas. Uma de 1.700.000 hectares e outra de dois milhões e tantos mil hectares, e portanto, unidades mais permissivas. Informou que não têm plano de manejo e existe muita dificuldade de como conseguir utilizar a questão da convenção para tentar diminuir, tentar barrar alguns empreendimentos que trazem ameaça à conservação dessas áreas. Sugeriu que o Comitê tivesse mais instrumentos que pudessem fortalecer o posicionamento para a conservação dessas áreas. Complementou que no Maranhão existe um zoneamento costeiro que prevê áreas prioritárias para fazer carcinicultura dentro da APA da Baixada maranhense.

Ana Paula esclareceu que a Convenção não proíbe essas atividades, ela é diretiva, mas ao mesmo tempo quando o país designa essa área ele se compromete a manter suas funções ecológicas, suas características ecológicas. Completou que independentemente de uma área ser APA ou ser Parque ou qualquer que seja a categoria, deve-se analisar se o empreendimento vai ser impactante e comprometer as características ecológicas daquela área.

Luis Preto sugeriu que verificada a seca e prejuízo para a biota, deve-se fazer uma denúncia para a ANA, ela é obrigada a ir lá verificar.

Maria Iolita comentou que uma questão prioritária é a elaboração do plano de manejo, que permite fazer o zoneamento. Complementou que os estudos são fundamentais porque caso contrário, daqui a pouco vai se começar dar entendimentos equivocados de mudança climática.

Ana Paula explicou as alterações necessárias no Regimento do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, sugeridas pela CONJUR do MMA. Entre os pontos mais discutidos estava a competência para análise de projetos encaminhados ao SGF e ao WFF.

Antonio Soler (FBOMS), Kleber Santos e Fernando Tizianel sugeriram que os projetos deveriam passar por apreciação do Comitê. Ana Paula explicou que, no caso do WFF, as instituições podem submeter seus projetos diretamente ao WFF e no caso do SGF precisavam do aval do MMA. Rafaela Nicola sugeriu que seria mais prudente retirar o item que trata dos fundos, já que esses fundos têm uma forma de seleção e de critérios para definição de projetos e propôs uma maior interlocução com esses fundos de maneira que o Comitê saiba quais são

as propostas que foram apresentadas.

Luis Preto chamou a atenção para a questão da importância da publicidade dessas chamadas e Raquel Carvalho explicou que a publicidade é dada pelo página oficial da Convenção de Ramsar. E lembrou que no caso do SGF eles têm aprovado vários projetos, mas não têm tido como ajudá-los financeiramente.

Fernando Tizianel propôs a criação de um grupo com alguns representantes que façam essa avaliação.

Ana Paula sugeriu que só passe pela apreciação projetos enviados ao SGF. Ana Paula encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

ANA PAULA LEITE PRATES
Ponto Focal Nacional para a Convenção de Ramsar